



**“BRASIL - DO CABURAI AO CHUI”
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO FINAL E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PARECER DO RELATOR

Nos termos do ART.69, inciso III, do regimento interno desta casa legislativa, passo a emitir o parecer do relator desta comissão permanente, sobre o **PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 289/2025, DE 16 DE SETEMBRO DE 2025, DE AUTORIA DO VEREADOR DEYVID CARNEIRO** que dispõe sobre: **“INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA, A “CAMPAÑA FAMÍLIA CIDADÃ”, DESTINADA À PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORTALECIMENTO FAMILIAR, EDUCAÇÃO CIDADÃ E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

Trata-se de Projeto de Lei que institui programa voltado à implementação de ações de interesse social no âmbito do Município de Boa Vista.

Nos termos do **artigo 30, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil**, compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local.

O conceito de **interesse local** abrange toda matéria de relevância preponderante para o Município, devendo ser interpretado à luz das necessidades concretas da comunidade e em consonância com os princípios do pacto federativo.

O projeto em análise, ao instituir programa que busca atender demandas sociais específicas do Município, insere-se legitimamente no campo da **competência legislativa municipal**, tendo em vista que aborda tema de impacto direto sobre a população local e de execução possível no âmbito da administração pública municipal.

Cumpre destacar que, em se tratando de políticas públicas voltadas à infância e à juventude, há **competência concorrente** entre os entes federativos, conforme dispõe o **artigo 24, inciso XV, da Constituição Federal**, o que reforça a legitimidade da atuação legislativa municipal sobre a matéria.

No tocante à **iniciativa parlamentar**, o **Supremo Tribunal Federal**, no julgamento do **ARE 878.911 (Tema 917 da Repercussão Geral)**, firmou entendimento no sentido de que **não há usurpação da competência privativa do Poder Executivo** quando a lei de iniciativa parlamentar institui programas ou políticas públicas **sem criar cargos, funções, alterar estrutura administrativa ou o regime jurídico de servidores**.

A proposição em análise visa à concretização de direitos constitucionais e à promoção do bem-estar social, **sem interferir na estrutura da Administração Pública**. Ainda que implique despesas decorrentes de sua execução, estas se restringem ao cumprimento de políticas públicas já previstas, não configurando afronta ao disposto no **artigo 61, § 1º, da Constituição Federal**.

Nesse mesmo sentido, o **Supremo Tribunal Federal**, no **ARE 1.447.546/GO (Rel. Min. Edson Fachin, DJe 17/06/2024)**, assentou que a instituição de políticas públicas voltadas à efetivação de direitos sociais **não caracteriza vício de iniciativa**, desde que não haja alteração na estrutura administrativa nem criação de novos órgãos.

Importante registrar que, em atenção ao disposto no **artigo 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)**, a proposição foi acompanhada de **estimativa de impacto orçamentário-financeiro**, o que afasta eventual alegação de inconstitucionalidade material.

Dessa forma, constata-se que o projeto apresenta **adequação jurídica e constitucional**, não havendo vícios formais ou materiais que impeçam seu regular prosseguimento. **Diante do exposto, opino pela constitucionalidade do Projeto de Lei.**

É o parecer

BOA VISTA/RR, 13 DE NOVEMBRO DE 2025.

**VER. ITALO OTÁVIO
PRESIDENTE**